



SIMULADO ESPECIAL **ALERJ**

Especialista Legislativo – Nível III
Administração Geral - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **ALERJ**, cargo de **Especialista Legislativo Nível III - Administração Geral**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/tKEdkQ72LcpTNqMc6>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/jxyK>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra*

1. A única pessoa que escuta os dois lados de uma discussão é o vizinho do apartamento ao lado.

Sobre a frase acima, assinale a alternativa correta.

- a) O termo 'que' é um pronome relativo que introduz uma oração de valor substantivo.
- b) O termo 'pessoa' é o núcleo do sujeito sintático do verbo 'escuta'.
- c) O termo 'ao lado' poderia ser substituído por 'contíguo', mantendo o sentido original e a correção.
- d) O termo 'lado' foi empregado nas duas ocorrências com o mesmo significado.
- e) O termo 'vizinho', predicativo do sujeito, foi empregado em papel adjetivo.

2. A única pessoa que escuta os dois lados de uma discussão é o vizinho do apartamento ao lado.

Ainda sobre essa frase, assinale a alternativa que demonstra uma correta inferência sobre ela:

- a) A frase sugere humoristicamente que as pessoas envolvidas em um debate não ouvem o outro lado.
- b) A frase afirma que o vizinho é a pessoa responsável por solucionar conflitos.
- c) A frase afirma que o vizinho se interessa pela vida alheia.
- d) A frase indica que o vizinho está envolvido sentimentalmente com os envolvidos da discussão.
- e) A frase aponta uma crítica ao modelo de construção frágil de apartamentos modernos.

3. Assinale a opção em que a preposição destacada (contraída ou não) apresente valor relacional, fruto de regência.

- a) O luxo é uma falta de gosto.
- b) É impossível discutir de boa fé com um imbecil.
- c) Argumentação é uma troca de ideias; discussão é um troca de ignorâncias.
- d) O discurso é a imagem da razão.
- e) A rebeldia é o patriotismo do jovem.

4. Assinale a única alternativa construída em linguagem totalmente lógica.

- a) Um estômago vazio não tem ouvidos.
- b) A comida é uma arma.
- c) Metade da humanidade passa fome, a outra metade faz dieta. Resumindo, a humanidade inteira passa fome.
- d) Um avião é um lugar perfeito para fazer dieta.
- e) Um dia, ora é mãe, ora é madrastra.

5. Assinale a única opção que esteja numa voz verbal diferente das demais.

- a) O relatório foi concluído pelos pesquisadores.
- b) As regras serão explicadas aos alunos pelo professor.
- c) Nas empresas modernas, valorizam-se competências socioemocionais que antes eram ignoradas.
- d) Assinou-se o documento ontem à tarde.
- e) O leite derramou todo sobre a mesa.

Texto

Numa manhã de quarta-feira, no corredor estreito do prédio antigo, Marina desceu para pegar o elevador e percebeu dois vizinhos cochichando, sorrindo de lado, como quem saboreia uma história picante. Ela não sabia do que falavam — mas percebeu que o olhar deles pousou nela como quem reconhece um personagem recém-criado.

No grupo de mensagens do condomínio, horas depois, surgiram insinuações sobre “a moradora do 302 que chega tarde demais” e “certas companhias misteriosas”. Nenhum nome citado — mas todos sabiam de quem era o “pseudônimo”.

Marina sentiu primeiro vergonha, depois raiva e, por fim, a inutilidade absoluta de tentar explicar. Ninguém quis perguntar a ela a versão verdadeira; ninguém quis ouvir o que de fato aconteceu; ninguém quis confirmar nada.

Quando a história é inventada, a lógica desaparece; e, para quem já decidiu acreditar na fofoca, a verdade nunca é um argumento suficientemente atraente.

6. Sobre a estrutura textual narrativa acima, assinale a única alternativa incorreta.

- a) O texto começa in medias res (já com a cena acontecendo), sem apresentação formal de contexto prévio.
- b) Há focalização interna indireta: o leitor acompanha a percepção de Marina, mas não há discurso direto.
- c) O conflito central é psicológico e social, não físico: a fofoca é o gatilho narrativo.
- d) O clímax é a tomada de consciência da personagem de que explicar não adianta.
- e) O desfecho apresenta conexão lógica com a lição apresentada no primeiro período do texto.

7. Assinale a frase em que a conclusão vem antes da premissa.

- a) Se ninguém se esforça para ouvir o outro lado, inevitavelmente o diálogo se deteriora.
- b) Quando um termo sofre a ação do nome de que depende, ele funciona como complemento nominal.
- c) Não houve imparcialidade, o julgador ignorou completamente as duas versões dos fatos.
- d) Os argumentos são substituídos por ataques pessoais, o debate perde sua função social.
- e) O argumento não apresenta dados consistentes? A tese não se sustenta.

8. Todo jogador tem que estar preparado para o melhor.

O texto acima é um exemplo de texto:

- a) descritivo
- b) injuntivo
- c) argumentativo
- d) descritivo
- e) expositivo

9. Assinale a opção em que o texto publicitário se apoia na sedução.

- a) Compre hoje e ganhe 30% de desconto no segundo item.
- b) O novo aplicativo reduz seu tempo de trabalho em até 40%.
- c) Nosso delivery funciona 24 horas — peça sem sair de casa.
- d) Economize energia: o modelo X consome menos e dura mais.
- e) Você merece sentir-se irresistível — escolha o perfume que conquista.

10. Assinale a única alternativa que não apresenta problema de pontuação.

- a) Silêncio atento, é sabedoria que não precisa de legenda.
- b) Quem não doma o impulso, torna-se servo do instante.
- c) A boca que julga sem conhecer, cava o fosso onde depois tropeça.
- a) Palavra injusta volta — e nunca volta sozinha.
- d) O tempo, não se apressa nem se distrai.
- e) A verdade não precisa levantar, a voz.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO*Carlos Henrique*

11. Em uma equipe de trabalho, observou-se o seguinte raciocínio sobre o comportamento de dois colegas:

P: “Se João estuda para as reuniões, então Maria costuma viajar a trabalho.”

Q: “Maria não viaja a trabalho e João estuda para as reuniões.”

Com base na lógica proposicional, analise a relação lógica entre as proposições P e Q e assinale a alternativa correta.

- a) P e Q são logicamente equivalentes.
- b) P é a negação de Q.
- c) P é uma tautologia
- d) Q é uma tautologia
- e) Q é uma contradição.

O enunciado a seguir se refere às questões **12** e **13**

Em uma turma de estudantes, todos responderam a uma pesquisa sobre idiomas estrangeiros que dominam. Verificou-se que 40% dos alunos falam inglês, 50% falam espanhol, e 30% afirmaram falar ambos os idiomas.

12. Com base nessas informações, determine a porcentagem de alunos que não falam nenhum dos dois idiomas.

- a) 0%
- b) 10%
- c) 20%
- d) 30%
- e) 40%

13. Suponha que o total de estudantes seja 400. Escolhendo-se 3 estudantes dentre aqueles que falam somente inglês, de quantas maneiras tal escolha poderá ser feita?

- a) 9850
- b) 9860
- c) 9870
- d) 9880
- e) 10.000

14. Considere dois conjuntos numéricos definidos sobre a reta real:

$$A = \{x \in \mathbb{R} | 2 < x < 8\}$$

$$B = \{x \in \mathbb{R} | x \leq 5 \text{ ou } x \geq 9\}$$

Um estudante deseja determinar os números reais que pertencem a A, mas não pertencem a B. O conjunto que representa corretamente $A - B$ é:

- a) $(2, 5] \cup (8, 9]$
- b) $(2, 5]$
- c) $(5, 8)$
- d) $(2, 8)$
- e) $(2, 9)$

15. Uma loja de eletrônicos decidiu reajustar o preço de um de seus produtos em duas etapas. Primeiro, o gerente aplicou um aumento de 25% sobre o preço original, com o objetivo de compensar o aumento nos custos de importação. Poucos dias depois, visando atrair mais clientes, a loja promoveu uma liquidação, concedendo um desconto de 20% sobre o novo preço. Considerando essas duas alterações consecutivas, pode-se afirmar que o preço final do produto, em relação ao preço inicial, ficou:

- a) 5% menor
- b) 5% maior
- c) 10% menor
- d) 10% maior
- e) igual

16. Um pesquisador acompanha o crescimento de uma colônia de bactérias em um laboratório. No início do experimento, há 3 bactérias. Após uma hora, o número dobra, passando para 6, depois para 12, e assim sucessivamente, formando a sequência:

3, 6, 12, 24, 48, ...

Observando esse padrão de crescimento, é possível expressar o número de bactérias após n horas por meio de uma expressão que define o termo geral da sequência.

- a) $3 \cdot 2^n$
- b) $3n$
- c) $2^n + 3$
- d) $3 + 2 \cdot (n - 1)$
- e) $2 \cdot 3^{n-1}$

17. Uma pequena empresa aplicou parte de seu capital em um investimento de juros simples com taxa anual de 15%, durante 4 anos, obtendo um rendimento total de R\$ 900,00 ao final do período. Sabendo que o rendimento é calculado apenas sobre o valor inicial aplicado, determine o capital que foi originalmente investido.

- a) R\$ 1.200,00
- b) R\$ 1.500,00
- c) R\$ 1.800,00
- d) R\$ 2.000,00
- e) R\$ 2.500,00

18. Um arquiteto está projetando duas rampas semelhantes que mantêm a mesma inclinação. A primeira rampa forma um triângulo retângulo com catetos de 6 cm e 8 cm. A segunda rampa deve ser construída em escala maior, de modo que sua hipotenusa meça 25 cm. Com base nessa semelhança, determine o perímetro da rampa maior.

- a) 60 cm
- b) 70 cm
- c) 85 cm
- d) 90 cm
- e) 100 cm

19. Em um mapa representado no plano cartesiano, o ponto $P(x, y)$ indica a localização de um drone. Sabe-se que o drone está voando exatamente sobre a bissetriz do 1º quadrante. Além disso, o ponto P satisfaz a condição $x + y = 10$. Nessas condições, determine o valor de x .

- a) 2
- b) 3
- c) 4
- d) 5
- e) 6

20. Durante um campeonato escolar, um professor de matemática propõe um desafio aos alunos:

“Lancem um dado comum duas vezes e verifiquem a soma dos números obtidos.”

O professor então pergunta:

“Qual é a probabilidade de que a soma dos resultados seja um número primo?”

- a) $\frac{7}{12}$
- b) $\frac{7}{18}$
- c) $\frac{5}{18}$
- d) $\frac{1}{3}$
- e) $\frac{5}{12}$

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Renato Da Costa*

21. No Microsoft Excel, ao inserir a seguinte fórmula:

$=10 + 2 * 3^2$

O resultado obtido será:

- a) 64
- b) 24
- c) 28
- d) 16
- e) 36

22. Uma referência circular ocorre no Excel quando:

- a) Uma fórmula faz referência a uma célula inexistente.
- b) Uma célula contém texto em vez de número.
- c) Uma fórmula faz referência direta ou indiretamente à própria célula em que está inserida.
- d) Há erro de sintaxe na função utilizada.
- e) Há divisão por zero.

23. Considere o seguinte endereço:

<https://servidor.alerj.rj.gov.br:8080/pagina/index.html>

O número 8080 indica:

- a) O protocolo de segurança HTTPS.
- b) O domínio da rede local.
- c) A porta de comunicação utilizada pelo servidor para receber a requisição.
- d) O identificador da página dentro do domínio.
- e) O código de erro de autenticação.

24. No Windows 11, o histórico da área de transferência permite visualizar e reutilizar vários itens copiados. Para acessar esse recurso, utiliza-se o atalho:

- a) Ctrl + Alt + V

- b) Ctrl + V

- c) Windows + V

- d) Alt + V

- e) Shift + Ctrl + V

25. Em planilhas do Excel, o gráfico adequado para representar a distribuição de frequência de intervalos de dados contínuos, agrupados em classes, é o:

- a) Gráfico de barras
- b) Gráfico de colunas
- c) Gráfico de setores
- d) Gráfico de dispersão
- e) Histograma

26. No Microsoft PowerPoint, a diferença entre animação e transição está corretamente descrita em:

- a) As animações são aplicadas à passagem entre slides, e as transições aos elementos internos do slide.
- b) As animações e transições são sinônimos, podendo ser aplicadas de forma indistinta.
- c) As animações se aplicam aos objetos dentro de um slide, e as transições afetam a passagem de um slide para outro.
- d) As transições só podem ser aplicadas a imagens e gráficos.
- e) As animações eliminam o uso de transições.

27. No Word em português, qual combinação de teclas realiza a ação de negrito no texto selecionado?

- a) Ctrl + B
- b) Ctrl + N
- c) Ctrl + E
- d) Ctrl + Shift + N
- e) Ctrl + K

28. Sobre os conceitos de IA fraca e IA forte, assinale a alternativa correta.

- a) A IA fraca possui consciência e autonomia plenas, tomando decisões complexas sem supervisão humana.
- b) A IA forte é aquela programada para tarefas restritas e específicas, como reconhecimento facial ou respostas em chatbots.
- c) A IA fraca é projetada para executar tarefas específicas sem consciência, enquanto a IA forte busca simular cognição e consciência humanas.
- d) Ambas as IAs são sinônimos, diferenciando-se apenas pelo hardware.
- e) A IA forte já é amplamente utilizada em sistemas de recomendação e redes sociais.

29. Sobre princípios éticos no uso da Inteligência Artificial, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A IA deve ser desenvolvida de forma transparente, explicável e auditável.
- b) O uso de IA deve respeitar a privacidade e a proteção de dados pessoais.
- c) Os sistemas de IA devem ser projetados para substituir integralmente a tomada de decisão humana em todos os contextos.
- d) Deve-se garantir que a IA promova equidade e não discriminação.
- e) O uso responsável da IA pressupõe prestação de contas e supervisão humana.

30. No Microsoft Word, ao desejar iniciar um novo capítulo em uma nova página sem pressionar repetidamente a tecla Enter, o usuário pode utilizar o atalho que insere uma quebra de página manual. Esse atalho é:

- a) Ctrl + Shift + Enter
- b) Ctrl + Return
- c) Alt + Enter
- d) Shift + Enter
- e) Ctrl + Alt + Enter

**CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO
SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO (DECRETO Nº 43.583/2012) E
ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
(DECRETO-LEI Nº 220/1975) E SEU
REGULAMENTO (DECRETO Nº 2.479/1979)**

Tiago Zanolla

31. Após decisão administrativa determinando a reintegração de um servidor estável, verificou-se que o cargo estava ocupado por outro servidor, também estável.

De acordo com o Decreto nº 2.479/1979, a Administração deverá:

- a) Exonerar imediatamente o atual ocupante, com direito à indenização proporcional.
- b) Reconduzi-lo a cargo equivalente, ainda que necessária sua criação, sem direito à indenização.
- c) Removê-lo para cargo de chefia de mesma classe.
- d) Mantê-lo no cargo até surgimento de vaga.
- e) Tornar sem efeito a reintegração por impossibilidade material.

32. Durante auditoria administrativa na Secretaria de Planejamento, foram identificadas as seguintes situações envolvendo servidores estaduais:

- I. Marta foi nomeada para cargo efetivo e, após publicação do ato de nomeação, apresentou-se ao órgão setorial de pessoal **após 35 dias**. Alegou que o atraso decorreria de viagem familiar e requereu o cômputo integral do período como de efetivo exercício.
- II. Paulo foi **transferido de unidade administrativa** e, por motivo de licença médica, iniciou o exercício **dez dias após o término do impedimento**. A autoridade competente havia autorizado a prorrogação do prazo, conforme solicitação formal.
- III. Carlos, servidor **removido para outra unidade administrativa**, reiniciou suas atividades **no quinto dia após a publicação do ato**, e o período entre a remoção e o novo início foi considerado como **trânsito computável para todos os efeitos**.
- IV. Helena, servidora estável, foi **afastada do exercício de seu cargo** por ter sido **denunciada criminalmente por crime inafiançável**, permanecendo afastada até decisão judicial definitiva.

Considerando apenas o texto legal transcrito (arts. 67 a 75 do Decreto nº 2.479/1979), assinale a alternativa **correta** quanto à regularidade das situações descritas.

- a) Somente os casos II e IV observam integralmente as disposições do Estatuto.
- b) Somente os casos I e III estão em conformidade com as normas sobre exercício e afastamento.
- c) Os casos II, III e IV estão corretos; o caso I contraria o prazo legal de exercício.
- d) Apenas o caso IV é regular, pois os demais ferem prazos de início ou reinício de exercício.
- e) Todos os casos estão em conformidade com o Estatuto, pois há previsão de prorrogação e de trânsito em cada hipótese.

33. Durante correição na Secretaria de Fazenda, verificaram-se as seguintes situações funcionais

- I. A servidora Júlia, pela **primeira vez**, atrasou-se reiteradamente na entrega de relatórios por descuido. A chefia imediata decidiu aplicar-lhe

advertência verbal, comunicando o fato ao órgão de pessoal.

- II. O servidor Roberto, após receber **repreensão escrita** por desobediência, voltou a desrespeitar ordens superiores. Diante da reincidência específica, o dirigente da unidade aplicou-lhe **suspensão de trinta dias**, convertida, por conveniência do serviço, em **multa de 50% por dia de vencimento**, com obrigação de permanecer em exercício.
- III. A servidora Cláudia, designada para função gratificada de chefia, foi **destituída** após apuração de **falta de exação no cumprimento do dever**. O ato foi praticado pela mesma autoridade que a havia designado.
- IV. O servidor Fábio, já aposentado, foi submetido a inquérito administrativo por fatos praticados enquanto em atividade, sendo comprovada falta passível de **demissão**. Diante disso, a autoridade competente determinou a **cassação de sua aposentadoria**.

Com base **exclusivamente no texto dos arts. 46 a 56 do Decreto-Lei 220/1975**, assinale a alternativa **correta** quanto à regularidade das situações descritas.

- a) Somente as situações I, II e III estão de acordo com o Decreto-Lei; a IV é irregular, pois aposentados não podem sofrer penalidade administrativa.
- b) Apenas as situações I e II observam a legislação; a destituição de função e a cassação de aposentadoria são de competência exclusiva do Governador.
- c) As situações I, II, III e IV estão todas em conformidade com o Decreto-Lei, quanto ao tipo de sanção, seus pressupostos e a autoridade competente.
- d) Somente as situações II e III estão corretas; a advertência deveria ser aplicada por escrito, e a cassação de aposentadoria depende de sentença judicial.
- e) Somente as situações I e IV estão regulares; a suspensão não pode ser convertida em multa e a destituição deveria ser aplicada por Secretário de Estado.

34. Durante palestra institucional sobre ética pública, um servidor efetivo questionou se o **Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Estado do Rio de Janeiro** se aplica apenas aos servidores estatutários, ou também a prestadores de serviço contratados temporariamente.

O palestrante respondeu que a aplicação do Código é ampla e independe de vínculo remunerado, abrangendo inclusive colaboradores eventuais.

Considerando **apenas o texto do Decreto nº 43.583/2012**, é correto afirmar que:

- a) O Código de Ética aplica-se exclusivamente aos servidores estatutários do Poder Executivo, excluindo as empresas públicas e sociedades de economia mista.
- b) A observância dos princípios éticos previstos no Decreto é restrita às funções permanentes, não se estendendo aos prestadores de serviço temporário.
- c) O Código de Ética tem aplicação a todo aquele que, de forma permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem remuneração, preste serviço sob interesse estatal, abrangendo inclusive autarquias, fundações, entidades paraestatais, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- d) A aplicação do Código limita-se aos órgãos da Administração Direta, cabendo às entidades da Administração Indireta instituir códigos próprios.
- e) Apenas os servidores remunerados e investidos em cargos públicos efetivos estão sujeitos ao Código de Ética instituído pelo Decreto.

35. Durante visita técnica da Secretaria de Estado da Casa Civil, foi verificado que determinado órgão da Administração Direta havia criado sua **Comissão de Ética Setorial**, composta por três servidores efetivos, designados pelo dirigente máximo, com mandatos de três anos, e sem qualquer tipo de gratificação pelo exercício da função.

Contudo, o órgão não comunicou formalmente à Casa Civil a constituição da Comissão, tampouco garantiu infraestrutura mínima para o funcionamento de seus trabalhos.

Com base **exclusivamente no Decreto nº 43.583/2012**, é correto afirmar que:

- a) A ausência de comunicação à Casa Civil não compromete a regularidade da Comissão, pois a designação é ato exclusivo do dirigente do órgão.
- b) As Comissões de Ética Setoriais possuem autonomia administrativa e financeira, cabendo-lhes requisitar recursos diretamente à Casa Civil.
- c) A participação nas Comissões de Ética Setoriais enseja retribuição adicional, por se tratar de encargo público de natureza extraordinária.
- d) O dirigente do órgão descumpriu dever legal, pois deveria comunicar a constituição da Comissão à Casa Civil e assegurar condições de trabalho adequadas ao desempenho de suas funções.
- e) A Comissão deveria ser composta por, no mínimo, cinco servidores estáveis e presidida obrigatoriamente por membro indicado pela Casa Civil.

**REGIMENTO INTERNO DA ALERJ
(RESOLUÇÃO Nº 810/1997). PLANO DE
CARREIRA (RESOLUÇÃO Nº 590/1994)***Emerson Bruno*

36. Durante uma reunião administrativa na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, um servidor recém-ingresso questionou o Secretário-Geral da Mesa sobre o calendário das atividades parlamentares. Ele desejava saber em quais períodos do ano ocorrem as sessões legislativas ordinárias, tendo em vista que as extraordinárias somente se realizam mediante convocação específica.

De acordo com o que dispõe Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, as sessões legislativas ordinárias realizam-se:

- a) de 15 de janeiro a 30 de junho e de 15 de agosto a 22 de dezembro.
- b) de 1º de fevereiro a 15 de junho e de 1º de agosto a 31 de dezembro
- c) de 1º de fevereiro a 1º de junho e de 1º de agosto a 22 de dezembro
- d) de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 31 de dezembro.
- e) de 1º de janeiro a 1º de julho e de 1º de agosto a 31 de dezembro.

37. Durante o curso de formação para novos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, um instrutor abordou o papel e a composição da Mesa Diretora, destacando sua relevância para o funcionamento da Casa.

Considerando o que dispõe o Regimento Interno da ALERJ, assinale a alternativa correta acerca da Mesa Diretora.

- a) A Mesa Diretora é composta por um Presidente, dois Vice-Presidentes e três Secretários, sendo responsável apenas pela direção dos trabalhos legislativos.
- b) A Mesa Diretora, como órgão colegiado, exerce função de direção dos trabalhos legislativos e

administrativos da Assembleia, sendo composta por um Presidente, quatro Vice-Presidentes, quatro Secretários e quatro vogais.

- c) Compete à Mesa Diretora exclusivamente a condução dos serviços administrativos, sendo sua composição formada por um Presidente, três Vice-Presidentes e três Secretários.
- d) A Mesa Diretora tem natureza consultiva e integra-se por um Presidente, quatro Vice-Presidentes e um único Secretário-Geral.
- e) A Mesa Diretora, de caráter executivo, é formada por um Presidente e quatro Vice-Presidentes, não havendo previsão de Secretários ou vogais entre seus membros.

38. Bruna é estagiária na Procuradoria da Assembleia Legislativa, enquanto estudante de Direito da PUC-Rio interessada em conhecer as peculiaridades sobre a organização das representações partidárias que compõem o legislativo fluminense, conclui corretamente que:

- a) Líder é o Deputado que fala em nome da bancada de seu partido, exceto quando de representação unitária ou de bloco parlamentar.
- b) Cada líder poderá indicar vice-líderes na proporção de um por cinco Deputados ou fração, que constitua sua representação, facultada a designação de um como primeiro vice-líder.
- c) As representações de quatro ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir bloco parlamentar sob liderança comum.
- d) As lideranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar mantém suas atribuições e prerrogativas regimentais.
- e) O bloco parlamentar tem existência circunscrita à legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentadas à Mesa para registro e publicação.

39. Em razão de um fato determinado ocorrido na Cidade do Rio de Janeiro, no qual uma operação das forças de segurança foi capaz de gerar grande repercussão nacional e internacional, um grupo de Deputados Estaduais deseja a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. No âmbito do Regimento Interno da ALERJ, marque a afirmativa incorreta.

- a) O Deputado que não comparecer a três reuniões consecutivas de uma comissão parlamentar de inquérito terá sua substituição solicitada pelo presidente da comissão.
- b) A comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de até noventa dias, prorrogável apenas uma vez e por até sessenta dias mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.
- c) A comissão parlamentar de inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de criação.
- d) É privativa do presidente da ALERJ a indicação do relator, sendo o presidente da comissão eleito pela maioria dos mesmos.
- e) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa, serão criadas automaticamente, no prazo máximo de quarenta e oito horas após o requerimento de um terço dos membros da Assembleia Legislativa, para apuração de fato determinado e por prazo certo.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rodrigo Bet

40. Jonas, estudante da Constituição Estadual do Estado do Rio de Janeiro, manifestou dúvidas quanto às situações em que os Deputados Estaduais perderão seus mandatos, conforme estabelecido pela Constituição mencionada. Com base nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) Perderá o mandato o Deputado que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à sexta parte das sessões ordinárias, salvo licença ou missão autorizada pela Assembleia Legislativa.
- b) Perderá o mandato o Deputado cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.
- c) Perderá o mandato o Deputado que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à quinta parte das sessões ordinárias, salvo licença ou missão autorizada pela Assembleia Legislativa.
- d) Perderá o mandato o Deputado que sofrer condenação criminal, ainda que a sentença não tenha transitado em julgado.
- e) Perderá o mandato o Deputado que perder ou tiver os direitos políticos cassados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO***Fabiano Pereira*

41. O princípio da legalidade é um dos pilares do regime jurídico-administrativo e impõe que toda atuação da Administração Pública esteja condicionada à lei.

Considerando esse princípio, assinale a opção correta.

- a) O princípio da legalidade autoriza o administrador a agir conforme sua interpretação pessoal da lei, desde que não haja proibição expressa no ordenamento jurídico.
- b) O administrador público deve pautar sua conduta na lei, podendo agir sem autorização legal quando houver urgência.
- c) A Administração Pública só pode atuar quando, como e na medida em que a lei autorizar, não havendo liberdade fora dos limites legais.
- d) O princípio da legalidade admite exceções quando a atuação for motivada pela discricionariedade administrativa.
- e) A lei serve como parâmetro apenas para o controle judicial, não sendo vinculante para a atuação do gestor.

42. Maria é servidora pública de um órgão federal e costuma justificar atrasos e faltas alegando problemas pessoais, embora mantenha alto desempenho técnico. Recentemente, foi flagrada utilizando veículo oficial para fins particulares.

Diante dessa situação, assinale a opção correta.

- a) O comportamento de Maria ofende o princípio da eficiência, mas não o da moralidade, pois manteve bom desempenho funcional.
- b) O princípio da moralidade limita-se às condutas ilícitas previstas em lei, não abrangendo comportamentos éticos.

c) O princípio da moralidade não se aplica a situações em que há justificativa pessoal para o ato.

d) A boa performance técnica de Maria supre eventual irregularidade, pois a eficiência prevalece sobre a moralidade.

e) A utilização de bens públicos para fins particulares afronta o princípio da moralidade, ainda que o serviço não tenha sido prejudicado.

43. A Administração Pública brasileira organiza-se de modo a permitir o exercício eficiente e descentralizado das funções do Estado, buscando conciliar o controle estatal com a autonomia administrativa das entidades que a compõem. Essa estrutura divide-se em Administração Direta e Administração Indireta, cada qual com características específicas, competências próprias e finalidades distintas na execução das atividades administrativas.

Considerando esse tema, assinale a opção correta.

- a) A Administração Indireta é formada por entidades dotadas de personalidade jurídica própria, criadas por lei ou autorizadas por lei, incumbidas da execução descentralizada de atividades administrativas típicas do Estado.
- b) As autarquias integram a Administração Direta, pois não possuem personalidade jurídica e dependem hierarquicamente do ente público que as instituiu.
- c) A Administração Direta é composta exclusivamente pelos órgãos do Poder Executivo Federal, responsáveis pela formulação e execução das políticas públicas nacionais.
- d) As fundações públicas integram a Administração Direta, já que mantêm vínculo hierárquico e orçamentário com o ente criador, sem autonomia administrativa.
- e) A descentralização administrativa ocorre quando o mesmo ente político distribui internamente suas competências entre diferentes órgãos, dentro de uma mesma pessoa jurídica.

44. O Ministério da Saúde criou o Departamento Nacional de Vigilância Epidemiológica (DNVE), com a finalidade de coordenar ações de combate a doenças infecciosas e supervisionar equipes regionais em todo o território nacional. O novo departamento passou a integrar a estrutura organizacional do próprio Ministério, sem a criação de um novo CNPJ, e está hierarquicamente subordinado ao ministro da Saúde.

Com base nessa situação hipotética e nos princípios da organização administrativa, assinale a opção correta.

- a) Trata-se de um caso de descentralização administrativa, pois o Ministério criou uma nova entidade dotada de autonomia jurídica e financeira para executar políticas públicas de saúde.
- b) O ato configura descentralização por colaboração, pois o Estado delegou a execução de atividades públicas de saúde a um novo órgão especializado.
- c) O DNVE integra a Administração Indireta, já que passou a possuir autonomia administrativa e operacional em relação ao Ministério.
- d) O caso ilustra um processo de desconcentração, uma vez que houve distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica, sem criação de nova entidade autônoma.
- e) O fenômeno descrito caracteriza transferência de titularidade de serviço público para um ente distinto, que passa a executá-lo com autonomia plena.

45. Os atos administrativos são manifestações unilaterais de vontade da Administração, produzidas no exercício de prerrogativas públicas e destinadas a criar, modificar, extinguir ou declarar direitos e obrigações.

Considerando os requisitos e atributos dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- a) O requisito da forma pode ser livremente escolhido pelo agente público, desde que respeitado o conteúdo do ato.
- b) A finalidade do ato administrativo é sempre o atendimento do interesse público, e sua violação caracteriza desvio de poder.
- c) A competência pode ser delegada ou avocada sem observância de qualquer limitação legal.
- d) A presunção de legitimidade dos atos administrativos é absoluta, não admitindo prova em contrário.
- e) O requisito do motivo é dispensável nos atos discricionários, pois envolve juízo de conveniência.

46. O diretor de um hospital público estadual, João, autorizou a contratação emergencial de uma empresa para fornecimento de equipamentos médicos. Após auditoria, constatou-se que o ato era legal, mas tornou-se inconveniente e oneroso. O Secretário de Saúde decidiu sustar os efeitos do ato.

Com base nessa situação, assinale a opção correta.

- a) O ato deve ser anulado, pois a auditoria revelou irregularidades de conveniência administrativa.
- b) O ato deve ser convalidado, uma vez que não apresentou vício formal ou material.
- c) O Secretário pode revogar o ato, pois, apesar de legal, tornou-se inoportuno e inconveniente.
- d) A Administração não pode desfazer o ato, pois ele já produziu efeitos concretos.
- e) A revogação é medida judicial exclusiva, cabendo ao Judiciário avaliar a conveniência do ato.

47. Os poderes administrativos constituem prerrogativas conferidas ao Estado para o desempenho de suas funções, com vistas ao interesse público. Com base nos poderes hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia, assinale a opção correta.

- a) O poder hierárquico autoriza a imposição de sanções disciplinares a particulares que mantenham contratos com a Administração.
- b) O poder disciplinar é aquele que permite à Administração aplicar penalidades a seus servidores e demais pessoas sujeitas à sua disciplina.
- c) O poder regulamentar autoriza o Executivo a editar atos normativos com força de lei.
- d) O poder de polícia não admite discricionariedade, devendo sempre ser exercido de forma vinculada.
- e) O poder hierárquico é típico da descentralização administrativa e se estabelece entre pessoas jurídicas distintas.

48. Carlos é proprietário de um bar que, por descumprir normas sanitárias, foi interditado pela vigilância municipal. Inconformado, ele alegou que a medida foi arbitrária, pois não houve ordem judicial.

Com base nessa situação, assinale a opção correta.

- a) A interdição é manifestação legítima do poder de polícia, que pode impor limitações sem necessidade de autorização judicial.
- b) O ato é ilegal, pois a Administração só pode restringir direitos mediante ordem judicial.
- c) A atuação administrativa é inválida, pois apenas o Ministério Público pode determinar interdições sanitárias.
- d) O poder de polícia é incompatível com a autoexecutoriedade, sendo necessária sempre intervenção do Judiciário.
- e) A medida é nula, pois o poder de polícia não pode ser exercido por autoridades municipais.

49. A responsabilidade civil do Estado é tema de grande relevância no Direito Administrativo, pois reflete o dever estatal de reparar danos causados a terceiros em decorrência da atuação de seus agentes públicos.

Considerando os pressupostos da responsabilidade civil objetiva do Estado, assinale a opção correta.

- a) A responsabilidade objetiva do Estado pressupõe a demonstração da culpa ou dolo do agente público que deu causa ao dano.
- b) A configuração da responsabilidade objetiva depende da presença do dano, do fato administrativo e do nexo causal entre a conduta estatal e o prejuízo sofrido pelo particular.
- c) O Estado apenas responde objetivamente quando o agente público atua estritamente dentro dos limites de sua competência legal, excluindo-se atos praticados em excesso de poder.
- d) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva em regra, sendo objetiva apenas nos casos de omissão, quando há culpa do serviço público.
- e) A responsabilidade objetiva do Estado requer prévia declaração judicial de ilicitude do ato administrativo que deu causa ao dano.

50. Durante o Festival de Santo Veredas, a prefeitura municipal isolou uma área pública com grades e placas de advertência para a realização de manutenção elétrica em postes e equipamentos de iluminação. Apesar da sinalização ostensiva, Carlos, morador da cidade, decidiu atravessar a área interditada enquanto gravava um vídeo para suas redes sociais. Ao tocar em um dos equipamentos energizados, sofreu um choque elétrico e precisou ser socorrido. Posteriormente, ajuizou ação judicial contra o município, alegando falha na prestação do serviço público e omissão na fiscalização do local.

Considerando os pressupostos da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- a) O município deve indenizar, pois o dever de vigilância do Estado é absoluto e independe da conduta da vítima.
- b) O Estado só se exime da responsabilidade se comprovar a ausência de culpa do agente público envolvido no evento.
- c) A responsabilidade do município subsiste mesmo que comprovada a imprudência exclusiva do cidadão, já que o risco administrativo é integral.
- d) O município responde solidariamente com o particular envolvido, uma vez que o evento ocorreu em área pública sob sua administração.
- e) A responsabilidade do município é afastada, pois o dano resultou exclusivamente da conduta imprudente da vítima, rompendo o nexo causal.

51. No que concerne às classificações do controle da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) O controle interno ocorre dentro do mesmo Poder e decorre do poder-dever de autotutela.
- b) O controle finalístico é exercido entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica e possui caráter interno.
- c) O controle hierárquico é exercido entre pessoas jurídicas distintas e tem natureza externa.
- d) O controle externo é aquele que ocorre dentro da mesma estrutura administrativa.

e) O controle de mérito pode ser realizado pelo Poder Judiciário em caráter definitivo.

52. O deputado estadual Rogério Maia apresentou denúncia à Assembleia Legislativa sobre possíveis irregularidades em contratos firmados entre a Secretaria de Obras e a Construtora DeltaSul Ltda.. Diante das acusações, o Legislativo estadual instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os fatos, enquanto o Ministério Público propôs ação civil pública em face do secretário responsável, visando responsabilizá-lo por eventual dano ao erário.

Considerando as formas de controle da Administração Pública e os órgãos envolvidos no caso, assinale a opção correta.

- a) A instauração de CPI configura forma de controle judicial, pois as comissões possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo aplicar sanções administrativas diretamente aos agentes investigados.
- b) O controle exercido pela Comissão Parlamentar de Inquérito é político, e o controle exercido pelo Ministério Público por meio da ação civil pública é judicial, sendo ambos independentes e complementares entre si.
- c) A ação civil pública é instrumento típico de controle administrativo interno, uma vez que busca assegurar a legalidade dos atos praticados pela própria Administração.
- d) A CPI exerce controle político, mas seus poderes de investigação são limitados, não podendo requisitar informações nem convocar autoridades públicas.
- e) A instauração da CPI afasta o exercício de controle judicial sobre os mesmos fatos, para evitar duplicidade de apuração e decisões conflitantes.

53. Os serviços públicos representam uma das formas pelas quais o Estado busca concretizar o bem comum e garantir a efetividade dos direitos fundamentais. Ao prestá-los diretamente ou por delegação a particulares, a Administração Pública deve observar os princípios que regem a sua execução, de modo a assegurar qualidade, eficiência e continuidade, sempre orientada pelo interesse coletivo.

Considerando esses princípios e características, assinale a opção correta.

- a) O princípio da mutabilidade impede qualquer alteração no modo de execução do serviço público, garantindo estabilidade permanente para o usuário.
- b) O serviço público deve ser prestado com cortesia, mas essa conduta é apenas uma demonstração de boa vontade do agente público, sem obrigação legal.
- c) O serviço público deve ser prestado com regularidade, segurança e continuidade, admitindo-se ajustes e adaptações necessários à satisfação do interesse público.
- d) O usuário não possui direito subjetivo à regularidade do serviço, cabendo à Administração decidir livremente sobre a forma e o momento de sua prestação.
- e) O princípio da continuidade permite que o serviço seja interrompido a qualquer momento pela Administração, independentemente de justificativa técnica ou legal.

54. Durante uma auditoria realizada pela Controladoria Interna do Município de Vila Serena, constatou-se que Carlos, diretor de obras públicas, autorizou o uso de caminhões e servidores da prefeitura na construção de um muro em sua residência particular. Além disso, recebeu um presente de alto valor de uma empresa contratada pela prefeitura para serviços de pavimentação.

Com base na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa correta sobre a conduta de Carlos e as sanções aplicáveis.

- a) A conduta de Carlos configura ato de improbidade administrativa culposos, sendo dispensável a prova de dolo.
- b) Carlos não pode ser responsabilizado por improbidade administrativa, pois os bens públicos foram utilizados de forma eventual e sem intenção comprovada de dano.
- c) A conduta de Carlos caracteriza ato que causa prejuízo ao erário, mas sem necessidade de comprovação de vantagem pessoal.
- d) Carlos praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, sujeitando-se, entre outras penalidades, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos por até 14 anos.
- e) A responsabilização de Carlos exige prova de prejuízo efetivo ao erário, não bastando a constatação de vantagem patrimonial indevida.

55. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta quanto às modalidades de licitação e às hipóteses de contratação direta.

- a) A modalidade diálogo competitivo é aplicável apenas para aquisição de bens e serviços comuns.
- b) A dispensa de licitação é admitida exclusivamente em situações de guerra ou grave perturbação da ordem.
- c) O pregão é a modalidade obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, podendo adotar o critério de menor preço ou maior desconto.
- d) A inexigibilidade de licitação ocorre quando há possibilidade de competição entre fornecedores.
- e) O leilão é utilizado apenas para aquisição de bens e serviços especiais.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

56. Em determinado país, foi elaborada uma nova Constituição por uma Assembleia Nacional Constituinte, após um processo democrático e com ampla participação da sociedade civil. A nova Constituição, contudo, apesar de democrática se apresentava dissonante da realizada sociopolítica, não conseguindo de forma efetiva regulamentar a sociedade, sendo constantemente desrespeitada por práticas políticas contrárias às suas normas e princípios.

Com base na classificação doutrinária das constituições, é correto afirmar que a Constituição do referido país é:

- a) cesarista, pois resultou de um pacto entre a sociedade civil e o governante centralizador.
- b) histórica, pois se desenvolveu a partir dos costumes da sociedade ao longo do tempo.
- c) nominal, pois, apesar de vigente formalmente, não possui força normativa real.
- d) dirigente, por estabelecer metas e objetivos de transformação social.
- e) flexível, já que pode ser facilmente desrespeitada por não ter rigidez formal.

57. Durante uma conferência internacional, o Brasil foi questionado sobre sua posição em relação à autodeterminação dos povos, especialmente em situações de conflitos armados. Em resposta, o representante brasileiro destacou que a Constituição Federal estabelece a autodeterminação dos povos como um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A autodeterminação dos povos é um princípio que permite ao Brasil intervir em conflitos internos de outros países para garantir a paz.
- b) A prevalência dos direitos humanos é um princípio que autoriza o Brasil a desconsiderar a soberania de outros Estados em casos de violações graves.
- c) A autodeterminação dos povos é um princípio que assegura o direito de cada nação decidir livremente sobre sua organização política, econômica e social.
- d) A não intervenção é um princípio que admite exceções em casos de conflitos armados em países vizinhos.
- e) A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade é um fundamento da República Federativa do Brasil.

58. Joana, maior de idade e em pleno gozo de suas faculdades mentais, é integrante da religião Testemunhas de Jeová. Ela foi internada em um hospital público após um grave acidente de carro e, como parte do tratamento, os médicos recomendaram uma transfusão de sangue imediata para salvar sua vida. Entretanto, Joana recusou a transfusão, afirmando que esse procedimento violava os princípios de sua religião e sua autonomia pessoal.

Diante do impasse, a equipe médica entrou com uma ação judicial de urgência para que fosse autorizada a transfusão, alegando que o direito à vida é absoluto e que eles teriam a obrigação de salvá-la, independentemente de sua vontade. Durante o julgamento, o juiz decidiu em favor de Joana, destacando que sua recusa era legítima e que outros tratamentos alternativos deveriam ser providenciados.

Com base nos direitos fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal e no entendimento do STF, assinale a afirmativa correta:

- a) A decisão do juiz está equivocada, pois o direito à vida é absoluto e deve prevalecer sobre qualquer manifestação de autonomia ou liberdade religiosa de Joana.
- b) O direito de recusar tratamentos médicos com base em convicções religiosas está assegurado pela Constituição, mas se aplica somente aos tratamentos realizados em hospitais privados, não se estendendo à rede pública de saúde.
- c) A liberdade religiosa e a autonomia individual de Joana são direitos fundamentais extremamente importantes, mas podem ser restringidos em casos onde a vida está em risco, desde que haja autorização judicial para tanto.
- d) O STF já decidiu que os membros de qualquer religião podem recusar procedimentos médicos, inclusive em situações que coloquem vidas de terceiros em risco, com base na liberdade de crença.
- e) Joana, sendo maior e capaz, tem o direito de recusar procedimentos médicos, incluindo

transfusões de sangue, com base em sua autonomia individual e liberdade religiosa, cabendo ao Estado, no caso do SUS, garantir os tratamentos alternativos disponíveis.

59. Após completar 18 anos, Jonas, interessado em compreender seus direitos antes de ingressar no mercado de trabalho, decidiu estudar a Constituição Federal. Ao analisar o texto constitucional, deparou-se com os direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais e buscou identificar quais deles estão expressamente previstos no texto constitucional.

Dentre os direitos abaixo, Jonas identificou corretamente aquele garantido pela Constituição:

- a) jornada normal de trabalho limitada a doze horas diárias e sessenta horas semanais, com possibilidade de flexibilização mediante acordo coletivo;
- b) jornada de oito horas nos turnos ininterruptos de revezamento, mesmo sem necessidade de negociação coletiva;
- c) adicional de, no mínimo, 25% para as horas extraordinárias;
- d) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- e) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados.

60. Lucas, filho de Maria, de nacionalidade brasileira, e de Carlos, de nacionalidade argentina, nasceu a bordo de uma aeronave de bandeira argentina, em pleno espaço aéreo internacional. Após o nascimento, Lucas foi registrado em um cartório na Argentina e viveu naquele país até os 18 anos. Ao atingir a maioridade, Lucas decidiu fixar residência no Brasil, onde passou a viver de forma permanente. Anos depois, Lucas manifestou interesse em concorrer a um cargo eletivo no Brasil, mas foi informado de que precisaria esclarecer sua situação quanto à nacionalidade brasileira.

Com base na Constituição Federal, é correto afirmar que Lucas:

- a) Ainda não é brasileiro nato, mas pode ser caso opte pela nacionalidade brasileira, através de ação judicial.
- b) É brasileiro nato, pois é filho de mãe brasileira e fixou residência no Brasil após atingir a maioridade, independentemente de qualquer outra formalidade.
- c) Não é brasileiro nato, mas pode adquirir a nacionalidade brasileira por meio de naturalização ordinária, desde que comprove residência no Brasil e idoneidade moral.
- d) Não é brasileiro nato, mas pode adquirir a nacionalidade brasileira por meio de naturalização extraordinária, desde que resida no Brasil por mais de 15 anos ininterruptos e não tenha condenação penal.
- e) Não é brasileiro nato, pois nasceu no exterior e não foi registrado em repartição brasileira competente, sendo vedada a aquisição da nacionalidade brasileira em razão de sua condição de nascimento.

61. O Partido X foi denunciado por não cumprir as exigências constitucionais relacionadas à aplicação de recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). A denúncia apontava que o partido não destinou os percentuais mínimos previstos para programas de promoção da participação política das mulheres, para candidaturas femininas e para candidaturas de pessoas pretas e pardas.

Com base nas disposições constitucionais relacionadas aos partidos políticos, é correto afirmar que:

- a) Os partidos políticos têm autonomia plena para definir a distribuição dos recursos do fundo partidário e do FEFC, sem necessidade de observar percentuais mínimos para candidaturas femininas ou de pessoas pretas e pardas.
 - b) Os partidos políticos devem aplicar, no mínimo, 5% dos recursos do fundo partidário na criação e manutenção de programas que promovam a participação política das mulheres, conforme os interesses intrapartidários.
 - c) O tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão destinado às candidatas deve ser de, no máximo, 30%, proporcional ao número de candidatas, conforme critérios definidos pelos órgãos de direção partidária.
 - d) Dos recursos do FEFC e do fundo partidário destinados às campanhas eleitorais, os partidos políticos devem, obrigatoriamente, aplicar no mínimo 30% em candidaturas de pessoas pretas e pardas.
 - e) A Constituição Federal não prevê percentuais mínimos de recursos do fundo partidário ou do FEFC para promoção da igualdade de gênero ou racial, cabendo aos partidos decidir livremente sobre o tema.
-

62. O Deputado Estadual Cláudio, ao analisar documentos referentes ao território do Município Delta integrante do Estado Ômega, identificou uma extensão de terras que nunca foi registrada em nome de particular, tampouco recebeu qualquer destinação por parte do Poder Público.

Desejando verificar a quem pertenciam essas terras, para fins de possível implementação de políticas ambientais, o parlamentar solicitou um parecer técnico. Sua assessoria, corretamente, esclareceu que bens dessa natureza:

- a) são sempre de propriedade da União, independentemente de qualquer circunstância.
- b) são sempre de propriedade do Estado, sem exceção.
- c) são sempre de propriedade do Município, sem exceção.
- d) pertencem ao Estado, excetuadas apenas as áreas que, por determinação constitucional ou legal, sejam da União.
- e) pertencem ao Município, excetuadas apenas as áreas que, por determinação constitucional ou legal, sejam da União ou do Estado.

63. O Presidente da República editou um decreto que, além de alterar a denominação de órgãos administrativos do Governo Federal, também extinguiu cargos vagos e transferiu alguns deles para outros ministérios, com base em sua discricionariedade administrativa. Considerando as normas constitucionais, a medida praticada pelo Presidente da República:

- a) é inconstitucional, pois a extinção e criação de cargos públicos são matérias reservadas à lei, e o Presidente da República não pode regulamentá-las por decreto.
- b) é regular, pois se insere nas atribuições do Presidente da República, que pode editar decretos relativos à organização da administração pública, desde que não envolvam aumento de despesas.
- c) é inconstitucional, pois o Presidente da República não pode transferir e extinguir cargos por decreto, uma vez que tal ato depende de autorização do Congresso Nacional.
- d) é válida, pois o Presidente da República tem competência para editar decretos autônomos sobre matérias administrativas, incluindo a criação e extinção de cargos.
- e) é válida, mas apenas se previamente houver autorização legislativa específica para a transferência e extinção de cargos.

64. Durante uma crise institucional, o Presidente da República decretou estado de defesa em determinada região do país e, posteriormente, solicitou autorização para o estado de sítio. Paralelamente, diante de uma catástrofe de grandes proporções, discutiu-se a necessidade de decretação de estado de calamidade pública de âmbito nacional. Diante desse cenário, a assessoria jurídica do Congresso Nacional foi consultada sobre as competências constitucionais relativas à apreciação, autorização e suspensão dessas medidas.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta quanto às competências do Congresso Nacional nessas situações:

- a) Compete ao Congresso Nacional aprovar ou suspender o estado de defesa, autorizar o estado de sítio e decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional, todas por meio de lei ordinária.
- b) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar o estado de defesa e autorizar o estado de sítio, enquanto a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional é de competência exclusiva da Câmara dos Deputados.
- c) Compete ao Congresso Nacional aprovar o estado de defesa, autorizar e suspender o estado de sítio, e decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional, sendo essas competências exercidas sem necessidade de sanção presidencial.
- d) Compete ao Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e o estado de sítio, mas a suspensão dessas medidas é competência exclusiva do Presidente da República.
- e) Compete privativamente à Câmara dos Deputados aprovar o estado de defesa, autorizar o estado de sítio e decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional, cabendo ao Senado Federal apenas a suspensão dessas medidas.

65. Helena possui um contrato com uma Autarquia federal, o contrato apresenta cláusulas peculiares não comum em contratos do seu ramo. Interessada pelo cenário político, Helena decidiu concorrer ao cargo de Senadora e para tanto consultou um advogado a respeito da existência ou não de alguma vedação a sua candidatura em decorrência da existência do contrato, o advogado respondeu corretamente que:

- a) se eleita, Helena, desde a posse, não poderá manter o referido contrato com a autarquia federal.
- b) não há óbice à continuidade do contrato, por se tratar de atividade privada e essencialmente lícita.
- c) se eleita, Helena, desde a proclamação dos eleitos, não poderá manter o referido contrato com a autarquia federal.
- d) se eleita, Helena, desde a expedição do diploma, não poderá manter o referido contrato com a autarquia federal.
- e) não há óbice à continuidade do contrato, desde que Helena se abstenha de votar a respeito de proposições que tangenciem o seu objeto.

66. De maneira regular, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Câmara Legislativa do Distrito Federal a fim de apurar determinadas condutas irregulares. A CPI determinou a interceptação de comunicações telefônicas de Chico, bem como a quebra do sigilo de dados telefônicos de Zeca, sendo que ambos figuravam na condição de investigados. Com base exclusivamente nas informações obtidas por esses meios, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Chico e Zeca, encaminhando junto com a inicial acusatória a transcrição das conversas obtidas com a interceptação de Chico e a relação de dados telefônicos de Zeca.

Apenas com base nas informações narradas e na posição majoritária do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) ambas as provas, originadas da interceptação telefônica e da quebra de sigilo de dados, são ilícitas, mas podem continuar nos autos em razão da teoria da fonte independente.
- b) o registro dos dados telefônicos de Zeca configura prova ilícita, enquanto a transcrição das conversas de Chico, obtidas por interceptação telefônica, configura prova válida.
- c) ambas as provas, originadas da interceptação telefônica e da quebra de sigilo de dados, devem ser consideradas válidas.
- d) ambas as provas, originadas da interceptação telefônica e da quebra de sigilo de dados, são ilícitas, devendo ser desentranhadas dos autos.
- e) a relação de dados telefônicos de Zeca configura prova válida, enquanto a transcrição a partir da interceptação das conversas telefônicas de Chico configura prova ilícita.

67. Em meio a debates sobre a eficiência administrativa, um grupo de cento e setenta Deputados Federais apresentou proposta de emenda à Constituição com o objetivo de abolir os Estados, transformando o Brasil em um Estado unitário, sob o argumento de que essa medida reduziria significativamente os custos públicos e simplificaria a gestão governamental.

À luz da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que essa proposta:

- a) apresenta, como única irregularidade, um vício de iniciativa, não devendo ser objeto de votação no Congresso Nacional.
 - b) não apresenta qualquer vício e deve ser aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - c) não apresenta qualquer vício e deve ser aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em quatro turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - d) apresenta, como única irregularidade, a afronta a um limite material de reforma constitucional, não devendo ser objeto de deliberação pelo Congresso Nacional.
 - e) apresenta vício de iniciativa e também afronta um limite material de reforma constitucional, não devendo ser objeto de deliberação.
-

68. O servidor público federal João, ocupante de cargo de provimento efetivo, teve sua aposentadoria voluntária concedida por ato do Ministério da Economia.

O processo foi então encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) para o devido registro da legalidade do ato.

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, é correto afirmar que o TCU:

- a) não está sujeito a limites temporais para apreciar a legalidade do ato inicial de aposentadoria de João;
- b) deve realizar o julgamento da legalidade do ato de aposentadoria de João no prazo máximo de cinco anos, contado da sua publicação no Diário Oficial da União;
- c) deve realizar o julgamento da legalidade do ato de aposentadoria de João no prazo máximo de cinco anos, contado da chegada do processo ao Tribunal de Contas da União;
- d) não está sujeito a limites temporais para apreciar o ato de aposentadoria de João, mas, se ultrapassado o prazo de cinco anos, devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- e) não está sujeito a limites temporais para apreciar o ato de aposentadoria de João, mas, se a análise puder implicar a anulação ou revisão do ato, devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa.

69. O Município Gama, localizado no interior do Estado Delta, editou a Lei Municipal nº 456, que instituiu a cobrança de uma taxa sobre o uso de vias públicas por veículos de transporte de carga. A norma gerou grande controvérsia, pois diversos juristas apontaram que a lei municipal violaria dispositivos específicos da Constituição Federal, considerados como preceitos fundamentais. Diante disso, a Associação Nacional dos Transportadores de Carga (ANTC) – entidade de classe de âmbito nacional, preocupada com os impactos da norma, consultou sua assessoria jurídica sobre a possibilidade de questionar a constitucionalidade da referida lei.

A assessoria respondeu corretamente que:

- a) deve ser ajuizada uma ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, pois a lei municipal viola a Constituição Federal.
- b) deve ser ajuizada uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) perante o STF.
- c) Não há controle concentrado de constitucionalidade de normas municipais em face da Constituição Federal.
- d) o controle de constitucionalidade da norma deve ser realizado exclusivamente por meio do controle difuso, em casos concretos.
- e) a ANTC não possui legitimidade para questionar a constitucionalidade da norma municipal, seja no STF ou no Tribunal de Justiça estadual.

70. O governo do Estado do Amazonas, ao tomar conhecimento de que determinada empreiteira nacional estava iniciando a construção de um grande edifício central, constatou que essa construção poderia causar uma exorbitante degradação ambiental ao local previamente estabelecido.

Nesse caso:

- a) como não foi causado nenhum dano ambiental, não há nenhuma medida passível de ser adotada ou exigida pela fiscalização;
- b) tanto o estudo prévio de impacto ambiental como o posterior exigem a demonstração de dano, sob pena de afronta à presunção de inocência;
- c) ainda que não tenha sido causado dano ambiental, a existência de risco em potencial permite que seja exigido o estudo prévio de impacto ambiental;
- d) pode ser exigido o estudo de impacto ambiental, mas apenas após a conclusão do empreendimento, já que somente nesse momento será conhecido o seu potencial lesivo;
- e) ainda que não tenha sido causado dano ambiental, a existência de risco em potencial permite que seja exigido o estudo prévio de impacto ambiental, o qual deverá ser mantido em sigilo.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO*Rodrigo Rennó*

71. Durante uma capacitação sobre governança no setor público, um instrutor apresentou um caso em que uma autarquia federal buscava eliminar práticas personalistas e padronizar a execução de suas atividades. Para tanto, instituiu manuais operacionais detalhados, organogramas rígidos e normas de conduta que vinculavam o exercício da autoridade ao cargo ocupado, e não à pessoa que o ocupava.

Embora a iniciativa tenha garantido maior previsibilidade e controle, também gerou queixas de lentidão e de engessamento nos processos decisórios.

Considerando as características da evolução da administração pública, a situação descrita está associada principalmente a:

- a) Um modelo de gestão que privilegia a autonomia decisória e a responsabilização por resultados, aproximando-se da lógica gerencial.
- b) Uma forma organizacional centrada na dominação racional-legal, com ênfase na formalidade, hierarquia e impessoalidade.
- c) Um estágio de transição entre o patrimonialismo e o gerencialismo, caracterizado pela flexibilidade das regras e estímulo à inovação.
- d) Uma estrutura administrativa híbrida, pautada no clientelismo e na delegação informal de autoridade.
- e) Um sistema de governança pública orientado à descentralização e à meritocracia funcional.

72. Nos anos 1990, em meio às reformas inspiradas na Nova Gestão Pública (NGP), diversos países reformularam a atuação do Estado, introduzindo instrumentos de avaliação de desempenho, controle por resultados e ampliação da relação com usuários de serviços públicos.

Dentro desse contexto, consolidou-se uma vertente conhecida como consumerism, cuja essência repousa em:

- a) Fortalecer o papel do Estado como regulador direto do mercado, transferindo-lhe a responsabilidade de prestação de serviços essenciais.
- b) Promover o afastamento do Estado das relações de mercado e revalorizar a intervenção direta do poder público.
- c) Ampliar a hierarquização e a padronização de processos, assegurando previsibilidade e uniformidade no atendimento ao cidadão.
- d) Redefinir a lógica burocrática, substituindo o foco no cumprimento de normas pelo foco na satisfação do usuário enquanto “cliente” dos serviços públicos.
- e) Instituir um sistema de controle centrado exclusivamente em indicadores financeiros, sem considerar a percepção do usuário.

73. Uma diretora de departamento identificou tensão crescente entre duas equipes: uma responsável pelo planejamento estratégico e outra pela execução operacional. As divergências se intensificaram diante de mudanças nos fluxos internos, afetando a comunicação e os prazos. Ao invés de adotar uma postura punitiva, a gestora promoveu reuniões mediadas, incentivou a escuta ativa, buscou identificar as causas estruturais da discordância e facilitou acordos de cooperação.

Considerando os estilos clássicos de gestão de conflitos, a postura da diretora caracteriza:

- a) Um comportamento colaborativo, baseado na integração de interesses e na construção de soluções ganha-ganha.
- b) Uma estratégia competitiva, voltada à imposição de autoridade e controle hierárquico.
- c) Um estilo acomodativo, em que um dos lados abdica de seus interesses para preservar o relacionamento.
- d) Uma postura de evitação, em que o conflito é suprimido ou adiado para momento posterior.
- e) Uma abordagem coercitiva, típica de ambientes organizacionais autoritários.

74. Em um departamento público, servidores com mais tempo de casa demonstram resistência às inovações tecnológicas propostas por recém-chegados, argumentando que os novos processos desconsideram a experiência acumulada. Por sua vez, os novos servidores veem a resistência como falta de atualização e comprometimento. O impasse, que se estende há meses, tem afetado a produtividade e criado subgrupos informais.

Com base na classificação dos tipos de conflito, o caso descrito exemplifica:

- a) Conflito de metas, derivado de divergências entre objetivos individuais e corporativos.
- b) Conflito intrapessoal, resultante da tensão entre papéis individuais incompatíveis.

- c) Conflito funcional, cuja presença estimula a criatividade e melhora o desempenho coletivo.
- d) Conflito institucional, provocado por mudanças legais e reestruturações organizacionais externas.
- e) Conflito intergrupal, alimentado por diferenças de percepções, experiências e valores entre grupos distintos dentro da organização.

75. Em um estudo sobre o ciclo das políticas públicas, um pesquisador analisou a origem de uma política ambiental que nasceu de mobilizações populares contra o desmatamento. O movimento ganhou força após ampla cobertura da imprensa, mobilizou organizações não governamentais e, diante da pressão social, foi incorporado pela agenda governamental. Posteriormente, técnicos do Executivo elaboraram propostas de regulamentação, e o Legislativo aprovou a lei correspondente.

A partir dessa dinâmica, é correto afirmar que o processo de formulação e decisão da política analisada reflete:

- a) Um modelo estatal centralizado, no qual o governo monopoliza as decisões e define, de forma autônoma, as soluções técnicas.
- b) A racionalidade burocrática típica do modelo top-down, com predomínio da autoridade formal sobre a influência social.
- c) A abordagem multicêntrica, na qual diversos atores – estatais e não estatais – interagem, negociam e compartilham o processo decisório.
- d) Um ciclo restrito à esfera administrativa, baseado na hierarquia interna e na impessoalidade organizacional.
- e) Um padrão incremental, que prescinde de participação social e se limita à análise técnico-financeira da viabilidade.

76. Uma proposta legislativa foi aprovada estabelecendo novas competências para agências reguladoras, redefinindo fronteiras de atuação entre União, Estados e Municípios e instituindo normas para a criação de novos órgãos públicos. O texto legal alterou diretamente a estrutura institucional do Estado e os procedimentos de tomada de decisão dentro da administração pública.

De acordo com a tipologia de Theodore Lowi, a política pública descrita deve ser classificada como:

- a) Distributiva, pois amplia os benefícios públicos de forma individualizada para grupos específicos da sociedade.
- b) Regulatória, pois impõe restrições de conduta e padrões de comportamento a atores públicos e privados.
- c) Redistributiva, pois transfere recursos de um grupo para outro com o objetivo de corrigir desigualdades.
- d) Constitutiva, pois estabelece regras e arranjos institucionais que moldam o funcionamento do próprio Estado.
- e) Programática, pois define metas e prioridades de gasto para áreas específicas de atuação governamental.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI Nº 12.527/2011)

Rodrigo Bet

77. Enquanto estudava a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), Vinícius, Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, verificou que os procedimentos previstos na norma, tem como objetivo assegurar o direito fundamental de acesso à informação, devendo obedecer às seguintes diretrizes nela mencionadas:

- a) Desenvolvimento limitado do controle social da administração pública.

- b) Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública, mas limitando tal desenvolvimento ao prazo de três anos por órgão.

- c) Observância da publicidade como preceito geral e absoluto.

- d) Divulgação de informações de interesse público, apenas quando solicitado.

- e) Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO - REDAÇÃO OFICIAL

Luiz Felipe

78. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição), a redação oficial deve observar atributos essenciais que garantem a clareza e a impessoalidade dos textos produzidos pela Administração Pública.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses atributos.

- a) A formalidade e a impessoalidade justificam o uso de expressões rebuscadas, que conferem maior prestígio ao texto oficial.

- b) A padronização textual é desnecessária, uma vez que a identidade do redator deve ser preservada no documento oficial.

- c) A clareza é alcançada quando o texto utiliza construções simples, objetivas e sem ambiguidades, permitindo imediata compreensão da mensagem.

- d) A impessoalidade recomenda o uso de primeira pessoa, pois aproxima o servidor do cidadão e torna o texto mais humano.

- e) A concisão deve ser evitada em documentos de caráter normativo, nos quais a prolixidade garante a completude das informações.

**NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO -
ADMINISTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO**

Ricardo Campanário

79. É o inventário físico realizado quando da mudança do dirigente de uma unidade gestora da organização:

- a) Anual
- b) Inicial
- c) De Transferência de Responsabilidade
- d) De Extinção ou Transformação
- e) Eventual

**NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO -
ARQUIVOLOGIA**

Ricardo Campanário

80. São atividades típicas de protocolo:

- a) Recebimento, Classificação e Arquivamento
 - b) Recebimento, Avaliação e Classificação
 - c) Arquivamento, Registro e Empréstimo
 - d) Recebimento, Tramitação e Empréstimo
 - e) Classificação, Registro e Distribuição
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
